

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ROGÉRIO SIMPLÍCIO DE SOUZA

**A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS RAÍZES DE EXCLUSÃO  
BASEADAS EM GÊNERO DOS SERES TIDOS EM NÃO CONFORMIDADE COM  
OS MODELOS DE EXISTÊNCIA DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2021

ROGÉRIO SIMPLÍCIO DE SOUZA

**A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS RAÍZES DE EXCLUSÃO  
BASEADAS EM GÊNERO DOS SERES TIDOS EM NÃO CONFORMIDADE COM  
OS MODELOS DE EXISTÊNCIA DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Me. Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2021

ROGÉRIO SIMPLÍCIO DE SOUZA

**A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS RAÍZES DE EXCLUSÃO  
BASEADAS EM GÊNERO DOS SERES TIDOS EM NÃO CONFORMIDADE COM  
OS MODELOS DE EXISTÊNCIA DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS**

Este exemplar corresponde à redação final  
aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso  
de ROGÉRIO SIMPLÍCIO DE SOUZA.

**Orientador:** Prof. Me. Ítalo Emanuel Pinheiro  
de Lima

Data da Apresentação: 15/12/2021

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Me. Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima

Membro: Profa. Esp. Bruna Gomes Dantas/UNILEÃO

Membro: Prof. Esp. Larissa Vasconcelos Rodrigues/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2021

# **A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS RAÍZES DE EXCLUSÃO BASEADAS EM GÊNERO DOS SERES TIDOS EM NÃO CONFORMIDADE COM OS MODELOS DE EXISTÊNCIA DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS**

Rogério Simplício de Souza<sup>1</sup>  
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A presente pesquisa buscou compreender como as construções históricas e sociais do trabalho puderam contribuir com modelos de exclusão de gênero de trabalhadores e grupos sociais minoritários, baseado no modelo capitalista e judaico-cristão. Se configura enquanto uma pesquisa bibliográfica, tendo como método uma revisão qualitativa da literatura e ensaios teóricos. Com base nos estudos encontrados, pode-se preconizar que com o advento do sistema capitalista enquanto modelo de organização social que moldou não somente a esfera econômica, como também as expressões culturais das sociedades, foi-se delimitando movimentos de solidificação dos papéis que cada indivíduo desempenhava nesses espaços, onde o principal ataque era destinado à figura feminina, determinando como as mesmas deveriam ser e existir na sociedade, papéis estes que estavam ligados diretamente ao que era ditado pela religião. Com o passar do tempo, dentro desse modelo houve um movimento de apartação de novos atores sociais, sujeitos tidos como inadequados e inaptos a estarem dentro do convívio social. Ressalta-se também as mudanças ocorridas ao longo do tempo e como foi se dando a aparente inserção desses sujeitos no mundo do trabalho, demonstrando as falácias e as formas de subjugo pelos quais os mesmos ainda permanecem sendo submetidos.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Capitalismo. Sociedade Judaico-cristã.

## **ABSTRACT**

This research sought to understand how the historical and social constructions of work could contribute to gender exclusion models of workers and minority social groups, based on the capitalist and Judeo-Christian model. It is configured as bibliographic research, having as method a qualitative review of the literature and theoretical essays. Based on the studies found, it can be recommended that with the advent of the capitalist system as a model of social organization that shaped not only the economic sphere, but also the cultural expressions of societies, it was delimiting movements of solidification of the roles that each individual played in these spaces, where the main attack was aimed at the female figure, determining how they should be and exist in society, these roles were directly linked to what was dictated by religion. With the passage of time, within this model there was a movement of separation of new social actors, subjects considered inadequate and unfit to be in social interaction. It is also noteworthy the changes that have taken place over time and how the apparent insertion of these subjects in the world of work has been taking place, demonstrating the fallacies and the forms of subjugation by which they still remain being submitted.

**Keywords:** Work. Gender. Capitalism. Judeo-Christian Society

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: rogersimplicio@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: italo@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se refletir sobre as formas de organização social humana ao longo da história, pode-se encontrar variados modelos de sociedade, das mais primitivas até modelos contemporâneos. Com o advento do sistema capitalista enquanto modelo de organização social que moldou não somente a esfera econômica, como também as expressões culturais das sociedades, foi-se delimitando movimentos de solidificação dos papéis que cada indivíduo desempenhava nesses espaços, ao pensarmos na divisão social do trabalho como uma forma de dar sentido e que se propõe a estruturar a existência do sujeito inserido nestas sociedades, vê-se possível traçar os caminhos que delimitaram os papéis de gênero, principalmente o binômio homem-mulher.

Com o advento do modelo de trabalho fabril, pôde-se observar uma mudança de paradigma no estilo de vida ocidental, através da criação de indústrias, que buscava uma produção em massa, onde muitos trabalhadores foram alocados num contexto de organização laboral a fim de obter cada vez mais produtividade. Após tais mudanças, percebeu-se a configuração de um movimento de definição dos espaços de trabalho. O modelo de trabalho capitalista ocidental promoveu então uma separação do trabalho realizado fora e dentro de casa. À figura masculina coube não somente o trabalho externo, mas o papel de provedor, o mantenedor da casa e da família, enquanto que o espaço destinado ao feminino configurou-se inicialmente como unicamente o espaço doméstico, voltado aos cuidados do lar e criação dos filhos.

Um outro ponto de análise que merece atenção, se volta ao corpo feminino enquanto corpo objetificado e servil, ao homem destinou-se a imagem de força e destreza, aptidão para tarefas árduas, enquanto que a concepção acerca do corpo frágil e docilizado da mulher era cada vez mais maximizada, concepção esta que buscava pautar a exclusão das mesmas do ambiente laboral externo, afinal, quais benefícios se poderia obter de um corpo visto de forma tão fragilizada, que por mais que tentasse, não iria se ajustar a rotina frenética e árdua de produção fabril, o que obviamente caiu como uma luva para o capital, que precisava desse modelo dócil para estabelecer uma mão de obra invisível alocada nos lares e que sustentava como base a exacerbada busca pelo lucro e a lógica de dominação externa masculina. Obviamente com o advento de novas tecnologias aplicadas ao trabalho, esse modelo vai se deteriorando. Embora ao longo dos anos, muitos movimentos feministas e sociais tenham proporcionado a inclusão de mulheres nos espaços externos de trabalho, este modelo patriarcal e judaico-cristão ainda permanece.

Ao se pensar nas conjunturas de trabalho externo e doméstico, é possível apontar o trabalho doméstico, ligado a figura feminina, como uma base de sustentação ao mercado. Como aponta Marinho (2018, p 605) com a inclusão do trabalho concreto ao capital, o trabalho no modelo capitalista obtém outras determinações sociais e históricas, como o trabalho produtivo, que gera mais-valia e torna o capital valorizado, o trabalho alienado e remunerado, intrínsecos à relação capital-trabalho. Mesmo havendo uma apreensão maior por parte do mercado de variados sujeitos, visando unicamente uma maior mão-de-obra, as determinações históricas do trabalho foram apartando grupos tidos em não conformidade com estes modelos, apartação esta pautada num modelo judaico-cristão e capitalista, que coloca os sujeitos dentro de normas, sejam elas normas comportamentais, de aparência, da própria existência, onde os considerados desviantes desse modelo e normas são postos à margem do convívio social.

Tendo em vista esses movimentos, é válido o questionamento de como a delimitação dos percursos históricos do trabalho contribuíram com um modelo de segregação baseado na concepção de gênero dominante no modelo capitalista de trabalho. Voltando-se num primeiro momento ao modelo judaico-cristão e ocidental de sociedade, podemos encontrar uma resposta para tal questionamento. As novas formas de existência permeadas pelas discussões acerca do gênero, muitas vezes soam como ataques a preceitos religiosos concebidos a tanto. Pereira e Sierra (2018, p. 124) apontam que “em sua concepção tradicional, o fundamentalismo religioso rejeita o tempo presente a partir da mobilização das camadas tradicionais da sociedade e de seus sistemas de valores aos sistemas tradicionais.” Contudo, com o passar dos anos e toda a estrutura de tecnologias que foram se estabelecendo, os paradigmas religiosos e modelos de existência baseadas em conceitos morais foram perdendo força, embora não se possa afirmar que os mesmos desapareceram em sua totalidade.

Os paradigmas capitalistas amparados em discursos religiosos, que embora sejam divergentes em seus conceitos, foram se entrelaçando ao longo da história. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como as construções históricas e sociais do trabalho podem contribuir com modelos de exclusão de gênero do trabalhador baseado no modelo capitalista, assim como apresentar as múltiplas formas de opressão vividas por diferentes minorias. A mesma se justifica com base no trabalho pessoal com grupos minoritários e excluídos do contexto laboral, assim como também nas experiências adquiridas em atividades de estágio anteriores. Busca-se, também, mostrar a relevância social da discussão com base nas contribuições de construção e entendimento do funcionamento e manutenção de sistemas de opressão e formas de resistência que podem ser utilizadas e criadas a partir do conhecimento das raízes dessas exclusões. Por fim, busca identificar as raízes capitalistas que sustentam o

modelo de trabalho contemporâneo e discutir as formas de opressão vividas por grupos minoritários no mundo do trabalho e como se dá seu afastamento do ambiente laboral, apresentando as formas de opressão vividas pelos mesmos.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa se caracteriza enquanto um estudo bibliográfico, com base numa revisão da literatura e ensaios teóricos. A mesma tem como objetivo aprofundar o conhecimento científico e teórico acerca dos modelos subversivos de existência e a quais mecanismos de opressão são submetidos. Buscou então descrever por meio de artigos, livros e trabalhos acadêmicos publicados, os construtos teóricos que discorrem sobre a problemática pesquisada. Teve como forma de análise desses construtos uma abordagem qualitativa dos dados.

As fontes de dados serão buscadas em plataformas como o Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), nos periódicos Capes, assim como também na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a busca foi feita por meio da aplicação de filtros, utilizando 3 critérios específicos para a escolha do trabalho, sendo eles o título, leitura do resumo e leitura completa do trabalho, sendo necessário os mesmos estarem de acordo com a temática pesquisada. Alguns critérios de inclusão foram utilizados no processo de escolha dos artigos, a saber, artigos publicados em português, que foram publicados de forma integral e que correspondam a temática pesquisada, assim como também artigos publicados e indexados nas referidas bases de dados nos últimos 10 anos.

Referente aos critérios de exclusão, apontam-se os trabalhos indexados repetidamente em diferentes plataformas, assim como também artigos que não contemplaram a problemática da pesquisa e enviessem a temática por outras áreas do saber. A coleta de dados se deu por meio direto e de forma descritiva, a análise foi realizada por meio de interpretação qualitativa dos achados, análise essa que foi amparada em construtos teóricos voltados ao estudo do gênero, relações de poder, capitalismo, e percurso histórico do trabalho.

## **3 GÊNERO: FORMAS DE EXISTIR**

Com base no breve histórico do modelo opressivo que serviu de base para o plano de dominação capitalista e masculino exposto acima, é necessário ampliar o olhar para as novas formas de subjugo que se insurgiram sobre novos atores sociais, ainda amparadas num modelo de exclusão pelo gênero. Ao se buscar uma análise dessas opressões existentes na sociedade, é

preciso que haja anteriormente uma breve definição do que seria o gênero propriamente dito e como a discussão acerca do mesmo reverberou e reverbera em controvérsias na história humana atual. Como apontado por Carvalho (2019, p. 107) as primeiras concepções de gênero foram dadas por feministas radicais anglo-saxãs, por volta dos anos 1967 e 1975, no que foi denominado como movimento feminista de segunda onda, tais concepções nasceram, como aponta a autora, pela necessidade de uma supressão da configuração reducionista biológica do gênero e da ampliação compreensiva do mesmo como construto social e histórico.

“Não se nasce mulher, torna-se”, máxima dada por Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo: A experiência Vivida* (1967), fez com que uma ruptura fosse estabelecida na estrutura social de entendimento do que seria gênero e nos papéis destinados ao mesmo. A mulher, colocada aqui em pauta, preconiza uma discussão do que seria norma e desvio por meio daquilo estabelecido pelo meio social. Essas formas de dominação estão amparadas naquilo que se denomina como patriarcado, apontado por Alcantara, Peixoto e Silva (2017, p. 271) como um sistema de dominação-exploração baseado em papéis femininos e masculinos, presente desde tempos remotos e ainda atuante nos dias atuais. Contudo, para além desse binarismo homem-mulher, é preciso uma análise mais depurada das opressões vividas por outros sujeitos e suas novas formas de existência.

Tendo em vista tal conjuntura, é possível visualizar toda a problemática envolvendo as discussões a respeito do gênero com base em definições dos modos de viver ocidental e judaico-cristãos. Acerca da primazia dessas opressões, Judith Butler (2003), filósofa proeminente dos estudos em gênero, aponta que

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir", isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero". Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. (BUTLER, 2003, p. 39)

O tecido social é permeado por essas variadas formas de opressão, que na maioria das vezes passam despercebidas pela grande massa, fator esse que impulsina mais ainda a perpetuação das mesmas ao longo dos tempos. De acordo com Ceccon e Meneghel (2019, p. 451) o estabelecimento da violência de gênero está diretamente vinculado a questões das desigualdades de poder entre os sexos, pode, inclusive, ser caracterizada por qualquer ato violento, cometido pelo poder advindo da figura masculina sobre a feminina, pode assim ocorrer danos em variados segmentos da vida humana, como aspectos físicos, psicológicos,

econômicos, cerceando assim a liberdade desses sujeitos, sejam em âmbitos públicos ou privados.

Os espaços negados aos sujeitos subalternizados nas sociedades ocidentais são variados, estas negações acontecem, de igual modo, por variados motivos. Quando se pensa na possibilidade de uma mudança de paradigma social, muitos entraves são encontrados, pois, a própria lógica do capital percebe a necessidade de manutenção desse sistema para que o mesmo se mantenha ativo, com base nisso, Nogueira (2010, p. 62) aponta para a necessidade de uma mudança sócio-sexual, direcionando-se assim para uma igualdade substantiva e eficaz, mesmo havendo resistência do capital a esse processo de metamorfose.

As camadas existentes nos processos de opressão, podem ser entendidas em níveis. Aqui cabe salientar que o sofrimento exercido pelo sistema capitalista e pelo modelo judaico-cristão sobre os corpos é feito de maneira diversa. Cada grupo minoritário sofre um nível de opressão diferente, opressão esta composta pelas diferentes formas de existir de cada um, fato este que pode se explicar de duas maneiras, tanto pela complexificação da classe trabalhadora e dos novos modelos de trabalho, quanto também pela fragmentação dos discursos reivindicatórios, ou seja, diferentemente do panorama apresentado inicialmente acerca da dominação masculina sobre a feminina, hoje se faz necessários a ampliação de recortes contextuais dos lugares onde esses discursos estão vindo, sejam eles da periferia ou não, da classe média ou não, de homens ou mulheres, ou de sujeitos que não se encaixam nessa definição, alocando ainda na discussão, grupos extremamente vulneráveis como mulheres negras e transsexuais. Santos e Martinelli (2019, p. 145) nos dizem que “a estrutura de classes que fomenta o sexismo atua para preservar a ordem social estabelecida das relações patriarcais de gênero e cria formas de dominação-exploração também ao hierarquizar cidadãos na sociedade.” A exemplo do sofrimento exercido sobre a imagem feminina, pode-se elencar a apartação de mulheres transsexuais do modelo econômico de subsistência. Há uma resistência na apreensão desses corpos dentro daquilo que é definido como norma aceita pelo código social.

Pensando nisso, Lopez (2020, p. 20) diz que ao se pensar no corpo transsexual, é possível trazer à luz uma compreensão de como a sua simples existência se torna capaz de subverter uma lógica compulsória, a autora lança mão da ideia de que dessa forma não existiria uma natureza definida pelo masculino ou feminino que estivesse além de gestos e signos performados por esses sujeitos, gestos e signos estes de antemão tidos como padrões corretos de comportamento. Diferente da abordagem de mulheres cisgêneros, o sistema enxerga o corpo transsexual como inexistente, incapaz, um desvio que deve ser aniquilado e apartado do convívio do que é aceito e configurado enquanto padrão. Santos (2019, p. 40) diz que mesmo

por um lado, a existência humana em si se configura enquanto corporal, por outro, esse mesmo corpo faz com que muitos discursos acerca dessa própria existência se desencadeiem, com tal desencadeamento se dando com base nos padrões e referências dos valores e ideias subsistentes da própria cultura.

#### **4 MODELO DE TRABALHO NA SOCIEDADE MODERNA/CONTEMPORÂNEA**

Ao longo da história humana, as configurações do que se entendia por trabalho foram se modificando, o homem por sua vez transformava e era transformado pelas suas ações laborais, logo, o trabalho foi passando a ter uma posição constituinte do sujeito e aspecto central de sua existência. De certo, como apontam Cavalcante e Silva (2011, p. 2) pode-se pontuar que a revolução industrial iniciada por volta do século XVIII na Inglaterra, acabou por se tornar a vanguardista do modelo capitalista que conhecemos hoje, marcando assim uma passagem do modelo econômico comercial, para o industrial. Ainda segundo os autores, a revolução industrial provocou uma mudança paradigmática na configuração do trabalho, o mesmo ganhou um caráter urbano, essa urbanização logo buscou definir ao longo do tempo o que seria ou não tido como progresso, passando assim a existir uma nova configuração de sociedade. Trabalhadores foram alocados em fábricas e promoveu-se uma divisão entre, de um lado, o próprio capital e os meios de produção, e do outro, o proletário.

Tendo em vista esse cenário, Lima e Neto (2017, p. 103) discorrem sobre as transformações assistidas pelo mundo a partir da primeira revolução industrial, cada dia mais a produção deixando de existir num contexto agrário e de manufatura, passando a alocar-se num modelo de economia industrializada, seguindo à risca métodos, técnicas e práticas capitalistas, tendo como sua base o alto crescimento da população e o exôdo do homem rural para os grandes centros urbanos. Uma das principais mudanças ocasionadas pela revolução industrial segundo Lima e Neto (2017, p. 109) se deu no campo tecnológico, com a ascensão das máquinas em detrimento da presença humana, fazendo com que, logicamente, o modelo de trabalho baseado no uso da força fosse enfraquecido, dando espaço a um contexto maquinário e cognitivo do que seria fazer trabalho, ligeiramente e num primeiro momento, pode-se pensar nas benfeitorias que isso possa ter acarretado, porém, se faz necessário uma análise mais aprofunda dos reais efeitos que isso causou nos trabalhadores, principalmente nas classes mais exclusas da sociedade.

Antes de discorrer acerca das variadas formas de opressão vividas pelos grupos que compõem o tecido social das sociedades capitalistas, industriais e contemporâneas, cabe salientar a lógica que sustenta esse sistema. Sobre isso, Fontenelle (2014, p. 203) aponta que

... se o capitalismo é um modo de produção de valor que requer necessidades sociais renovadas de mercadorias para que o ciclo de expansão do capital se perpetue, ele também precisa ser entendido como um modo de produção de mundo, um mundo que deve ser colonizado pela lógica da mercadoria. A história da produção desse mundo começa com a formação de uma cultura de consumo que ressignificou o campo das ilusões sociais desde, pelo menos, meados do século XIX. Cultura de consumo é, portanto, todo um modo de vida que foi se colando ao e ressignificando o uso dos objetos de uma época, seus valores e suas ilusões. (FONTENELLE, 2014, p. 203)

A detenção de poder dentro desse sistema, baseia-se numa cultura de consumo exacerbado, fato que está conectado diretamente ao momento de pós crise em 1927, produzindo modos de subjetivação e vivências que tornam o não possuidor do capital, um ser inexistente e abjeto. Ainda segundo Fontenelle (2014, p. 203) a cultura consumista pode então ser caracterizada como uma cultura material, com mercadorias numa constante lógica de serem adquiridas. Com base nessa perspectiva histórica da constituição moderna das sociedades industriais, pode-se então traçar linhas para a compreensão das formas de exclusão existentes nesse sistema, embora, também, haja a necessidade de se estabelecer conexões das formas existentes de trabalho hoje com as que existiram no passado, e como esses dois quadros se conectam na modernidade. Contudo, a questão paradoxal de todas as formas de exclusão se dá pela busca do entendimento de que, se a sociedade atual se caracteriza pela lógica de consumo exacerbado, o que continua a provocar então a exclusão de sujeitos que também se inserem na sociedade enquanto consumidores? A questão passa a se pautar não mais em quesitos econômicos, mas numa moralidade do espaço de trabalho, da forma como esses sujeitos se relacionam com a lógica de produção/consumo e daquilo ditado como aceitável pelo mesmo espaço.

Uma discussão acerca do modelo taylorista-fordista, bastante discorrido em outros trabalhos, seu modo de produção e todas as mudanças decorrentes desse sistema, principalmente aquelas que buscaram a suplantação do mesmo, pode ser capaz de ampliar os olhares acerca das mudanas transcorridas ao longo dos tempos no mundo do trabalho. É através dessa suplantação que Antunes (2008, p. 22) vai apontar a mudança paradigmática de um trabalho dito estável, para um trabalho com interface virtualizada, o trabalho contratado e regulamentado, marcante do século XX, agora se vê dentro de um processo de decomposição, um novo trabalho marcado por discursos empreendedores, jornadas de meio período, ascensão do terceiro setor, todos voltados ao que anteriormente era tido como não típico, passando a exercer influência e dominância na classe trabalhadora.

Todas essas mudanças acarretaram numa reestruturação do tecido social ao longo dos tempos, ocasionando assim mudanças no próprio entendimento daquilo que se configura enquanto sociedade. Como aponta Andrade (2021, p. 3) por meio do crescimento das forças produtivas e do desenvolvimento das capacidades humanas, existe a evocação de determinadas fases do processo de reprodução social, voltadas a mudanças de caráter qualitativo na estrutura e dinâmica das sociedades. Cada mudança ocorrida no mundo trabalho, provocou assim mudanças estruturais nas formas em que os sujeitos vivenciavam sua dimensão laboral, por meio de tais mudanças encontra-se o movimento de inclusão de determinados estereótipos de trabalhadores, contudo, vê-se surgir também muita precarização desse trabalhador e negação dos seus direitos. De acordo com Pochmann (2018, p. 69) por meio do desenvolvimento dos processos mecânicos do trabalho, a ação humana acabou por se tornar um anexo das produções urbanas e industriais, ocasionando assim numa perda do protagonismo humano.

As transformações mundiais dos modelos de produção e consumo fomentaram assim a ascensão de muitos outros segmentos laborais. Segundo Pochmann (2020, p. 90) “o setor terciário passou a assumir inédito protagonismo com os estudos que buscaram analisar a incorporação do progresso tecnológico, a expansão das ocupações e a crescente importância relativa no produto nos países diante da constituição da nova sociedade de serviços.” Ainda segundo o autor, pode-se dizer que anteriormente não havia uma valorização e estudo acerca do setor terciário, que diferentemente do setor primário, o qual foca nas atividades de agropecuária, e o setor secundário, com ações voltadas as indústrias de transformação, englobava e engloba atividades econômicas que não estão presentes nos primeiros dois setores, a saber, aglomerados de saúde e educação, etc. Contudo, vemos que a dominação da figura masculina, traço marcante do setor secundário, continua perpassando as esferas de produção, consumo e oferta de serviços nos dias de hoje.

Analisando de maneira mais aprofundada o avanço do setor terciário, de serviços, e suas ditas novas formas de inclusões diversificadas, vê-se aquilo citado anteriormente como os movimentos de precarização, de acordo com Godoy (2016, p. 150) embora o setor terciário tenha se configurado enquanto o exponencial empregador dos dias atuais, as formas precárias de trabalho têm se manifestado nele com maior evidência. Compreendendo o impacto dessas mudanças, é possível discorrer os caminhos percorridos pela sociedade na delimitação daquilo que era ou não aceitável no mundo do trabalho, processos de exclusão sempre existiram na história humana, a grande questão agora é como tais opressões se dão num mundo cada vez mais globalizado, tecnológico e complexo em sua composição. Como assinalam Dutra e Coelho (2020, p. 237) “o trabalho, nas sociedades ocidentais, é um instrumento de cidadania e reflete,

portanto, como os indivíduos são vistos socialmente. Dessa forma, conectando a ideia de trabalho como impulsor da cidadania, os postos de trabalho vistos como inferiores e renegados pelas camadas sociais mais abastadas são destinados para o sujeito que reflete essa inferioridade.” Vemos então, dentro do setor terciário uma grande inclusão de mulheres e minorias, grupos já renegados ao longo da história, alocados em espaços de serviços muitas vezes subalternizados, vendendo sua mão de obra dentro de contextos precários e mascarados pelo falso discurso inclusivo.

Como apontado anteriormente, a dominação masculina predominou e predomina até os dias atuais dentro do modelo civilizatório ocidental e judaico-cristão. Em sua obra acerca do surgimento do sistema patriarcal, Lerner (2019, p. 261) preconiza que os papéis e comportamentos que foram destinados aos sexos ao longo da história, podiam ser evidenciados por meio de valores, leis, costumes e funções sociais, também externados por meio de metáforas, que ao longo do tempo foram se tornando componentes primordiais do tecido social e daquilo que se entende por existência correta e aceitável. Ainda segundo a autora, a unidade central do patriarcado foi e continua sendo a família patriarcal, com papéis definidos e tendo a imagem masculina em seu núcleo, definições de gênero estas que afetaram de forma integral a estrutura do Estado e seus valores, e, conseqüentemente, as formas de trabalho existentes até os dias atuais.

Ainda com relação a dominação masculina, pode-se analisá-la por meio de dados da realidade que, muitas vezes se apresentam de maneira sutil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018) as taxas para analfabetismo entre homens e mulheres apresentam algumas discrepâncias, enquanto que mulheres apresentam uma taxa de analfabetismo de 6,8%, os homens possuem 7,1%. Com relação as taxas referentes a frequência escolar quanto ao ensino médio, homens mostraram uma taxa de frequência de apenas 63,5% contra 73,5 de mulheres. Por fim, ao analisar as taxas de frequência com relação ao ensino superior, vemos uma porcentagem de 19,1% de homens para 26,8% mulheres, ambos os dados com relação ao ano de 2017. Com isso, vemos o estabelecimento de um maior nível instrucional de mulheres com relação aos homens, contudo, com base em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2019) com relação as estatísticas de gênero, vemos uma ocupação na força de trabalho por parte de mulheres de 54,5% contra uma ocupação de 73,7% de homens, uma discrepância de quase 20%. Em resumo, ressalta-se que mesmo havendo uma maior qualificação de mercado entre as mulheres, os homens continuam a dominar esses espaços.

Para Lerner (2019, p. 264) todo o contexto patriarcal ao qual a sociedade ocidental está imersa, se volta diretamente aos meios de produção, meios que por sua vez são dominados em predominância absoluta pela figura masculina, logo, aqueles que detém os meios de produção, exercem domínio sobre aqueles que não os possuem. A autora continua sua análise acerca de como funciona essa máquina, apontando que os homens, ditos como chefes de família, distribuem cada recurso aos seus componentes familiares, de acordo com que o Estado os repassava, ocasionando assim uma dependência a esse chefe familiar, cabeça da família. Por meio desse funcionamento, a família não apenas serve como um espelho que reflete as ordens do Estado, como também é o motor primordial para manutenção e perpetuação, através dos ensinamentos perpassados pelas suas gerações, desse sistema, criando e reforçando essa ordem.

As fissuras existentes desse modo de organização social foram ao longo do tempo se mostrando cada vez mais presentes, formas de subverção do modelo de família nuclear fez com que novas formas de existência e novos discursos surgissem. Como apontado por Araújo (2018, p. 7) muitas das famílias passaram a não serem compostas pela presença física daquele definido pelo imaginário social como o componente nuclear e sustentáculo familiar, sendo ele, a figura do progenitor masculino ou até mesmo da figura feminina que exercia a tal função. Isso pode demonstrar que as possibilidades de se seguir um modelo único de composição familiar, eram, na verdade, irrisórias. Ainda segundo o autor, é possível observar, principalmente nos dias de hoje, famílias compostas apenas pelo pai, ou pela mãe, filhos sendo criados com avós, pais adotivos, etc.

Dado o panorama das composições diversas de cada família em nossa sociedade, é possível observar que com o passar dos anos, mais modelos e formas múltiplas de configuração familiar foram surgindo, com caráter subversivo ao modelo preconizado pelo sistema capitalista e patriarcal. Segundo Pereira e Shimanski (2013, p. 166) apontam que as novas configurações familiares se põem em ajuste as práticas hegemônicas e podem se tornar uma maneira de superação das instituições familiares, contudo, ao aceitarem o pró-argumento de famílias desestruturadas por estarem fora do modelo aceitável de existência, para que se possa romper as práticas hegemônicas, aquilo que é entendido por família precisa ser submetido a uma reconfiguração por meio de processos concretos e simbólicos. Ao se pensar nos modelos de família, pode-se, num segundo momento, se pensar acerca do modelo econômico o qual as mesmas estão inseridas e como se dá esse processo. Ainda de acordo com Pereira e Shimanski (2013, p. 169) “a família, em uma sociedade do trabalho, é mais autônoma e, ao mesmo tempo, dependente dos serviços de saúde, educação, assistência, acesso a transportes, a bancos, a supermercados, etc.” Com isso, a família é posta num contexto de discussão acerca de como o

capital começa a mediar as relações e definir como cada grupo familiar irá se configurar e se comportar no meio social.

## **5 MERCADO, ESTRUTURA DE PRIVILÉGIOS E ESQUEMAS DE RESISTÊNCIA**

Com base no exposto em tópicos anteriores, pode-se ver que no decorrer da história, a dominação masculina perpassou e ainda perpassa demasiados aspectos da organização humana enquanto sociedade. De acordo com Balesteros e Gomes (2015, p. 45) é possível identificar historicamente a dominação da figura masculina sobre a feminina, e subsequentemente a outros grupos minoritários que se configuraram ao longo do tempo, os valores específicos de uma dada época, vê-se que as opressões foram se transformando e se moldando aos contextos sociais de cada época e se perpetuando por meio de diferentes instituições, como igreja e escola, instituições estas que buscaram sustentar a ideia de apartação com base num código padrão de sociedade.

A estrutura de privilégios existente hoje em nossa sociedade, para além de uma dimensão econômica e de uma divisão social entre homens, mulheres e também entre outros grupos que não se encaixam na lógica binária de existência, existe um terceiro sustentáculo dessa estrutura, que perpassa um campo moral, judaico-cristão e ocidental, seria então dentro desse campo moral que se dariam todas as formas de negligência e exclusão, o diferente denunciado naquilo que se acredita ser belo, aceitável e correto. Lerner (2013, p. 42) aponta que, para aqueles que ela denomina de “tradicionalistas”, existe uma aceitação do que seria essa assimetria sexual dos papéis masculinos e femininos, tais grupos lançam mão da ideia de que, por conta do planejamento divino, as funções biológicas dadas às mulheres, são diferentes das que foram dadas ao homem, logo, também lhes devem ser atribuídas funções sociais de igual modo diferentes.

Ainda segundo a autora, se o modelo dito como concebido por Deus ou pela natureza, promoveu diferenças entre os sexos, que levaram assim ao surgimento de uma divisão sexual do trabalho, não há, então, um objeto onde se possa lançar a culpa pela tamanha desigualdade existente e conseqüentemente pela dominação total de um modelo padronizado de existência, o modelo existe e deve se manter existente pelo simples fato de que Deus ou determinações naturais assim o querem. O sistema judaico-cristão não se sustentaria por si só, se não estivesse amparado na força de dominação do capital, ao longo da história, milhares foram oprimidos por essa força dominadora, principalmente mulheres, corroborando com essa ideia, Federici (2019, p. 44) nos conta que dentro do sistema de trabalho doméstico, espaço que serviu de alocação

para mulheres ao longo da história, dentro do que se entendia por subserviência à figura masculina, pela ordem natural dada por Deus, o capital obteve duas grandes vitórias, tanto obteve uma grande massa de trabalho não remunerado, aquilo que conceitualmente se denomina como trabalho reprodutivo, dentro dos lares, que servia como motor primordial para a sustentação do trabalho externo, nas fábricas, como também fez com que homens fossem ensinados e disciplinados a enxergarem suas mulheres como simples dependentes dos seus trabalhos e conseqüentemente seus salários, onde a mulher seria uma criada pronta para cuidar do homem cansado ao final do dia, quando os mesmos chegassem dos seus escritórios e fábricas.

Com o passar do tempo, muito se avançou naquilo que era entendido como espaços pré definidos de homens e mulheres, contudo, é preciso analisar as diferentes nuances que embalsamaram esses avanços e quais tipos de inserção são possíveis hoje, em quais contextos os grupos negados historicamente estão inseridos e quais suas reais condições de existência. Segundo Nascimento (2014, p. 40) existe um intenso processo de mudança no mundo do trabalho, sustentadas nas formas contemporâneas de produção, essas mudanças então provocaram condições de trabalho mais flexíveis, ocasionando assim na inserção de diferentes públicos, contudo, ainda segundo a autora, as oportunidades e condições de trabalho para mulheres e conseqüentemente outros grupos minoritários ainda são marcados pelo patriarcalismo. A partir disso, se nasce o questionamento das estruturas que ainda assim mantêm milhares de sujeitos à margem do convívio social, se, por um lado, chegou-se a uma quase superação do discurso religioso nos espaços de trabalho, devido a um alto avanço de novas tecnologias, que dispensam o uso de uma força física, por exemplo, quais os outros mecanismos ainda existentes justificam essa apartação.

Nascimento (2014, p. 41) “aponta que a divisão sexual do trabalho sustenta e estrutura as relações desiguais de gênero, essas desigualdades entre os sexos, geradas pela sociedade, são incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social.” O desvio logo se constitui daquilo que se foge da norma padrão, configurada como homem, heterossexual, cristão e branco, logo, o capital destina, destina uma falsa inserção por meio de espaços subalternizados aos sujeitos que não se encaixam na norma. Contudo, ao se pensar nas diferentes formas de opressão existentes, se faz necessário abrir recortes sociais, econômicos, políticos e raciais acerca dos públicos que de fato estão sendo pauta na discussão.

Para que se possa entender como a máquina de privilégios continua operando nos dias de hoje, para que assim se possa traçar formas de subversão da mesma, é necessário apreender a multiplicidade das formas de opressão nas sociedades ocidentais. Como apontado

anteriormente, os recortes contextuais tornam possíveis o entendimento de que o sofrimento de um jovem negro e periférico, se diverge do sofrimento sentido por um jovem branco e homossexual alocado em qualquer bairro de classe média das grandes cidades. Para se compreender melhor essa ideia, Moreira (2016, p. 1) aponta que

A intensificação das lutas pela integração social de minorias raciais e sexuais nas últimas décadas evidencia a crescente relevância da política da identidade nas democracias liberais. Não restam dúvidas de que o pertencimento a esses grupos impede o pleno exercício da cidadania, motivo pelo qual as discussões sobre as relações entre igualdade e diversidade são agora referências centrais para a interpretação dos direitos fundamentais. Observamos o surgimento de demandas cuja lógica desafia a concepção tradicional dessa categoria de direitos como prerrogativas individuais no espaço público e no espaço privado que permitem a ação autônoma das pessoas. (MOREIRA, 2016, p 1)

Ao corroborarem com essa ideia, Biroli e Miguel (2015, p. 29) apontam que uma análise que possua seu foco apenas nas discussões sobre classe, pode fazer com que temas acerca do racismo e relações de gênero acabem ficando de fora da pauta, o que levaria a um não entendimento real de como esses outros dois aspectos também promovem e sustentam o mecanismos de dominação capitalista, de igual modo, discussões sobre gênero que não busquem incorporar o recorte de classe e raça, podem então deixar de lado, por exemplo, as análises de como o sistema econômico promove a exclusão de sujeitos de cor e periféricos. Cada debate precisa convergir no entendimento das várias frentes opressoras que hoje atuam, seja de forma velada, estrutural ou escancaradas. Ainda para os autores supracitados, as condições de vida das minorias estariam então ligadas a determinantes de gênero, classe, raça, colonialidade, etc.

Com relação as organizações de trabalho, propostas a serem analisadas no início da presente pesquisa, se faz necessário um constante ato de vigilância em seus processos e levantes de bandeiras voltados a inclusão, deve-se perceber como cada sujeito que carrega em si uma historicidade de opressão, está alocado nesses espaços, quais modos de ser, viver e existir estão sendo lançados para se manter esse sujeito nesse contexto. Aspis (2017, p 69) aponta que o aparelho do estado, configurado enquanto um aparelho moedor humano e que biopoliticamente força os corpos a produzirem constantemente, continua firme e atuante, contudo, ainda segundo a autora, começou-se a existir um movimento de tamanha importância, um levante da minoria que busca pela reconfiguração do modo de viver, de recriar a vida sem os pressupostos impelidos por outros, sem as lógicas pré estabelecidas das formas ditas corretas de se viver, todo esse movimento, promove assim, uma ruptura na máquina opressora, embora ainda se precise de muito para aniquilá-la.

Cabe a partir de agora salientar de quais formas as opressões que ao longo da história se fizeram pesar sobre muitas minorias, podem então ser enfrentadas e minizadas. Antes que se propunha formas de resistência, é necessário ampliar o olhar sobre a gênese contextual que acarreta nessa necessidade de enfrentamento. Soares (2016, p 125) aponta que em seu movimento de constante evolução e crescimento, o capitalismo acaba por buscar desapropriar o que ele chama de plano de imanência, levando a formas de existência sucateadas devido a diversas formas de controle dos mecanismos de subjetivação individual, em outras palavras, o capitalismo torna a potência de vida, uma potência de produção.

Como estabelecer meios de enfrentamento a algo que se propõe ser tão opositor aos modelos diversos de existência? Ainda segundo o autor, deve-se, portanto, estabelecer a busca pela coletividade, assim como são múltiplas as opressões, também o são as potências que podem vir a se tornar agentes de subversão. A solução preconizada pelo autor seria a de criação em cada espaço possível, de microrevoluções e revoluções moleculares, que acarretariam numa derrubada dos dispositivos de controle e na fragmentação e escape dos discursos capitalistas modernos. A partir da organização coletividade, os meios para se fazer ouvido podem ser estabelecidos, pois, a linguagem acaba se tornando também um campo de resistência, corroborando com isso, Hooks (2019, p. 52) aponta que é através do diálogo, que os poderosos opressores chegam a ouvir as vozes silenciadas, um diálogo preconizado no coletivo, onde tais opressores ouvem e ouvem de maneiras diferentes, a autora continua pontando que para que se conheçam os públicos e suas reais dores, esse diálogo precisa existir, afinal as palavras resistem, transformam e mudam.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que se possa perceber a multiplicidade de opressões que rondam a vida humana, principalmente a vida tida como inadequada à ordem social e moral, é necessário olhar para as estruturas sociais que atuam muitas vezes de formas sutis e veladas na constante negação de direitos dos seres. Vive-se num modelo de sociedade que se propõe ditar cada movimento, cada ação, cada forma de ser e existir, dentro do escopo de normas aceitáveis que mesmo não sendo impostas de forma formal, se configuram no campo de estratégias micropolíticas de dominação, emaranhadas nas formas de viver cotidianas. Na presente pesquisa buscou-se apresentar os enlaces que permeiam o tecido social contemporâneo, estabelecendo conexões históricas e fatos que sustentaram e sustentam o modelo de existência moderno, modelo este que separa e normatiza os sujeitos em construtos totalmente arbitrários, como gênero, raça, cor, etc.

Fez-se então uma reconstrução do percurso histórico do trabalho e de como os ambientes laborais ditaram ao longo do tempo, quem, o que e de que forma, cada indivíduo poderia adentrar os seus portões de ouro, sustentados por uma máquina de dominação, que perpetua suas chaminés acesas até hoje, uma máquina que amparada em um discurso capitalista e judaico-cristão, realizou atrocidades em nome de uma norma que em seu fim, se torna impalpável, uma norma simbólica que buscou e busca enclausurar os seres em seus moldes, mas que apesar de simbólica, consegue lançar opressões materiais àqueles que se propõe oprimir, os mantendo numa servidão exacerbada contudo sutil, ao longo dos tempos, sem sequer terem a chance de contestação de seu modo de viver.

A pesquisa aponta para as frentes de opressão vivenciadas por mulheres ao longo da história, negadas e oprimidas por tantos e há tantos, assim como também as opressões enfrentadas por outros distintos grupos minoritários. Com base no que foi encontrado e discutido, é possível observar que o próprio sistema capitalista, fomentando sua premissa básica que é a constante busca pela obtenção de capital, fez da mulher um ser servil, subjugando a mesma e tornando o trabalho proveniente de suas mãos como aquilo que seria o grande trunfo do sistema capitalista, uma mão de obra barata que sustentaria o modelo fabril e seus desdobramentos. Após esse movimento, se lança aqui a ideia que daria suporte e justificativa moral para que tais práticas passassem despercebidas ao longo dos séculos, a saber, o discurso judaico-cristão, que com base no mito primordial de homem e mulher e seus respectivos papéis, a figura feminina ao invés de subjugada e escrava em seu próprio lar, fosse vista como virtuosa, amável, zelosa pelo tamanho presente divino designado aos seus cuidados, seu marido, filhos e seu lar.

Dessa conjuntura, despreendem-se desse eixo, outras modalidades de opressão que se seguiram ao longo da história, com a religião a frente ditando certo e errado, aceitável e abominável. Obviamente, com o passar dos anos, muitas foram as formas surgidas a favor dos movimentos de subversão desse modelo, contudo, ao mesmo tempo em que se contestava as relações de poder pré estabelecidas, também se fomentavam grandes transformações nas formas de opressão. Tendo em vista as transformações ocorridas, pode-se pontuar que os sistemas opressivos entenderam que atacar de frente talvez tivesse se tornado uma tática falha e obsoleta. Houve então uma grande massificação daquilo que aparentemente se configuraria como a inclusão dos grupos minoritários.

O presente trabalho pôde então atingir seus objetivos pelas identificações com base nos construtos históricos e teóricos utilizados, das raízes capitalistas que sustentaram e sustentam o modelo de trabalho contemporâneo, levando em conta todas as suas transformações ao longo

da história, apresentou também o modelo de existência ditado pela religião judaico-cristã e como o capitalismo em determinado ponto da história se apropriou de seus discursos em favor do seu plano de dominação. A partir do entendimento desses dois momentos, foi possível traçar as variadas formas de opressão as quais muitos grupos minoritários permanecem sendo submetidos, principalmente com relação à imagem do feminino, como se dá o seu afastamento, escancarado ou não, dos ambientes laborais e do convívio social.

Logo, faz-se necessário um constante olhar, atento e vigilante, para as demasiadas opressões as quais muitos ainda são submetidos na contemporaneidade. Passando então para uma segunda frente de opressão, lança-se mão da ideia de que, apesar dos movimentos que promoveram a inserção de muitos grupos minoritários em muitos espaços, essa inserção não ocorreu e permanece não ocorrendo de forma homogênea. Pontua-se então a importância das organizações coletivas para a formulação de meios de resistência que quebrem as lógicas opressoras e transforme a realidade de exclusão imposta, mesmo sendo um caminho que apresentará muitos percalços, mas que precisa ser percorrido.

Tendo em vista os mecanismos citados acima, volta-se a atenção para outro componente de mesma importância nas lutas contra o sistema capitalista, sistema esse que hoje se apresenta não apenas enquanto um sistema econômico, mas também cultural e modelador das relações, que precisa ser debatido. Quando se pensa nas formas de opressão é também preciso entender que todos os sujeitos, podem, de forma simultânea, exercer papéis que correspondem às duas instâncias, é possível preconizar a existência dessa dualidade por meio do entendimento de que os sujeitos podem tanto ser oprimidos quanto oprimirem, sem que isso signifique ações deliberadas pelos mesmos, afinal, a estrutura dominante e a máquina capitalista exercem forças superiores que ultrapassam qualquer ação individual, tendo isso em vista, pontua-se novamente a importância das ações por meio dos grupos coletivos.

Por fim, partindo da necessidade de se compreender como a delimitação dos percursos históricos do trabalho contribuíram com um modelo de segregação baseado na concepção de gênero dominante no modelo capitalista de trabalho e judaico-cristão, vê-se que a resposta começa a se delimitar no percurso histórico da própria humanidade, é inegável hoje a existência de um modelo padronizado do que seria a forma correta de ser e existir enquanto ser social. A religião, componente crucial para o entendimento dessa questão, promoveu e promove discursos que se voltam para o certo e errado, mascarados com moralidade e obtenção de uma recompensa futura e livramento de uma condenação eterna. O capital, por sua vez, necessitando de seres docilizados e incapazes de questionar suas próprias opressões, se apropria dos discursos religiosos e os utiliza como trunfos em seu projeto de dominação, onde trabalho e moral são

colocados em xeque na vida daqueles que servem como base para a sustentação desse projeto, que ao final, os ignora e nega suas existências enquanto humanidade. Logo, é preciso negar o caráter natural imposto ao longo dos séculos à conjuntura social na qual o ser humano foi alocado em seu nascimento, faz-se necessário o entendimento de que toda produção social, incluindo as formas de exclusão e opressão, foram e continuam sendo uma construção dos que detêm o poder, mas que, justamente pela não construção natural, pode ser então enfrentada e subvertida.

## REFERÊNCIAS

- ASPIS, R. L. Minorias e territórios: Ocupações. **ETD, Educação Temática Digital**. v.19 n.esp. p.63-74, Campinas, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7084604>. Acesso em: 24/10/2021.
- ANDRADE, M. A. Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia. **Revista de Ciências do Estado**. v. 6, n. 1, e25171, Belo Horizonte. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e25171/e25171>. Acesso em: 06/10/2021.
- ARAÚJO, R. P. D. “Novas” configurações familiares na contemporaneidade: uma releitura de meus dois pais de Walcyr Carrasco. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4. Palmas, 2018.
- ALCANTARA, P. P. T.; PEIXOTO, C. L.; SILVA, A. M. S. **As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva**. HOLOS, vol. 7, pp. 270-277 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2017
- BALESTEROS, G. S; GOMES, R. N. Violência de Gênero: Uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**. n. 66, p. 44-49, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acesso em: 23/09/2021.
- BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**, Vol. 2 - Difusão Européia do Livro, 1967
- BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça e classe: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20 v. 2, p. 27-55, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 11/10/2021.
- BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2003.
- DUTRA, R. Q; COELHO, I. B. “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. **Revista Direito e Praxis**. v.11, n.4. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/dyky4NFwDJgxBCtkkZvYzKC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06/10/2021.

CARVALHO, M. P. F. S. **O homem é um animal racional. E a mulher?** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

CAVALCANTE, Z. V. SILVA, M. L. S. **A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia.** VII EPCC – Encontro Internacional de produção científica. Editora Cesumar. Maringá, 2011.

CECCON, R. F. MENEGHEL, S. N. **Fascismo de gênero: controle, opressão e exclusão de mulheres.** Psicologia Política. vol. 19. nº 46. pp. 449-458. set-dez. 2019

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Editora Elefante, São Paulo. 2019.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 92, p. 207-240, São Paulo, 2014.

GODOY, T. M. P. Trabalho e crise urbana: Condições da precarização. **Revista Cidades**, v.13, n. 22. 2016. Disponível em:  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/5376>. Acesso em: 26/10/2021.

HOOKS, B. Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra. **Editora Elefante**, São Paulo, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. **Estatísticas Sociais**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 28/11/2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.** Editora Pensamento-Cultrix, São Paulo. 2019.

LIMA, E. C; NETO, C. R. O. Revolução Industrial: Considerações sobre o pioneirismo industrial inglês. **Revista Espaço Acadêmico**, n.94, Maringá, 2017.

LOPEZ, V. Y. P. **Entre sentidos e desafios: trajetórias laborais de transexuais da cidade de Fortaleza, Ceará.** Universidade Federal do Ceará, UFC. Fortaleza, 2020.

MOREIRA, A. J. Direitos fundamentais como estratégias antihegemônicas: Um estudo sobre a multidimensionalidade das opressões. **Revista Quaestio Iuris**, v. 09, nº. 03, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:  
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/20235>. Acesso em: 15/11/2021.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: A realidade das mulheres no do trabalho. **Revista Temporalis**. n. 28, p. 39-56, Brasília, 2014.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**. Ano IV, v. 3, n. 2, 2010.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Educação 2017. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf) acesso. Acesso em: 28/11/2021.

PEREIRA, C. M. S; SCHIMANSKI, E. Família, gênero e novas configurações familiares: Um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza. **Revista Magistro**. v.8, n.2. Duque de Caxias. 2013.

POCHMANN, M. Desestabilização do Trabalho. **Revista Saúde Debate**. v.42. Rio de Janeiro, 2018.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25.1:89-99. Campinas, 2020.

PEREIRA, T. T. SIERRA, J. C. Quando ciência e fundamentalismo religioso se encontram: estratégias para a produção de ódio contra as sexualidades e gêneros dissidentes e seus efeitos nas políticas públicas. **Revista Práxis**, vol. 2, pp. 244-266, Paraná, 2019.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 18, n. 3, art. 1, pp. 240-260, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/B8QtSZTYVYnZj3TgT4kBN7P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25/10/2021.

SANTOS, T. F. S. MARTINELLI, M. L. **A sociabilidade das pessoas travestis e transsexuais na perícia social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 142-160, jan./abr. 2019.

SANTOS. M. R. **Objeto de desejo, corpo abjeto: Rumo a um corpo decolonial na experiência transsexual**. Instituto Federal de Sergipe, 39-56, 2019.

SOARES, F. M. A produção de subjetividade no contexto do capitalismo contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 118-126, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Twcg3CKQfRwMrXjSnCvRgfN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30/10/2021.